

## Auditoria à Fundação Monsenhor Alves Brás

### SÍNTESE DE RESULTADOS

A auditoria à Fundação Monsenhor Alves Brás (FMAB) teve os seguintes objetivos: comprovar se a fundação (proprietária da Escola Profissional de Agentes de Serviço e Apoio Social) cumpre a finalidade para que foi criada (educação e formação profissional) e a que lhe foi conferida pelo estatuto de utilidade pública, apreciar a adequada utilização dos apoios financeiros públicos recebidos pela Fundação e avaliar os mecanismos de controlo interno instituídos, a situação económico-financeira da Fundação e a sua sustentabilidade futura. Esta ação incidiu essencialmente no biénio 2011/2012, período em que a entidade recebeu apoios financeiros públicos, nacionais e comunitários de M€ (milhões de euros) 2,3.

#### 1. Principais conclusões

A. Elevada dependência dos apoios financeiros públicos e comunitários (97%, biénio 2011/2012), onde ganham relevância os concedidos pelo Ministério da Educação e Ciência (MEC).

B. Reduzida transparência e divulgação pública de informação acerca da instituição (por exemplo: não publicação de relatórios anuais de atividades e contas e não indicação dos membros dos órgãos sociais e dos apoios financeiros recebidos).

C. Recebimento de apoios públicos sem ter sido efetuada a redução de 15% em 2011 e 30% em 2012 do financiamento assegurado por verbas do Orçamento do Estado (OE), de acordo com as medidas de estabilidade orçamental previstas nas Leis do OE de 2011 e 2012 (212 mil euros pagos a mais), situação já reportada à entidade pública responsável para regularização.

D. Alguns pontos críticos na organização interna e nos resultados da atividade: início do funcionamento do Conselho Consultivo da Escola apenas em abr/2014; tendência acentuada de decréscimo do nº de alunos, das taxas de sucesso escolar, de empregabilidade e de prosseguimento dos estudos dos cursos ministrados nos 3 últimos ciclos de formação; pouca adesão de entidades externas a ações de formação contínua; e planos e relatórios de atividades analisados não dispõem de informação sistematizada e justificativa das opções tomadas e seu grau de concretização.

#### 2. Principais recomendações à/s entidade/s auditada/s

A. Reduzir a dependência do financiamento público, procurando fontes de financiamento alternativas, nomeadamente abertura das ações de formação contínua a outras entidades, prestação de alguns serviços à comunidade, arrendamento de espaços e incremento do voluntariado.

B. Introduzir maior transparência na atividade e no funcionamento da fundação, nomeadamente através da divulgação periódica da atividade (Internet).

C. Melhorar a eficácia e eficiência do sistema de organização interna e de avaliação de resultados.

**Seguimento:** A FMAB já iniciou os procedimentos tendentes a dar cumprimento às recomendações da IGF.

(Relatório n.º 835/2014, homologado, por S. Ex.ª Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, em 2014-08-18).